

ARTIGO

A disputa pela memória: silenciamento e construção das identidades LGBTQIA+ no Brasil

Do Pecado ao Pertencimento

Marcos Antonio Spilere Pieri¹

¹ Aurora E². E-mail: marcosspieri@gmail.com.

Resumo

Este artigo analisa de que maneira os processos históricos de silenciamento das experiências homossexuais no Brasil contribuíram para a interrupção da memória coletiva LGBTQIA+ e para a construção de identidades marcadas pela ausência de referências históricas próprias. Parte-se da compreensão de que o apagamento dessas experiências não resultou da inexistência de diferentes vivências, mas de mecanismos históricos de exclusão que limitaram sua presença nos arquivos, nas instituições, nas políticas de memória e nas narrativas oficiais da história nacional. O objetivo do estudo consiste em analisar como esse processo interferiu na formação da memória coletiva LGBTQIA+ e de que forma manifestações culturais, redes de sociabilidade e movimentos ativistas passaram a disputar a produção, a preservação e a legitimação dessa memória. Trata-se de um ensaio teórico, desenvolvido a partir de revisão narrativa da literatura, que articula contribuições clássicas dos estudos da memória e das relações de poder, especialmente Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Michel-Rolph Trouillot e Michel Foucault, com autores que discutem as experiências LGBTQIA+ no contexto brasileiro, como Regina Facchini, Richard Miskolci, James N. Green, João Silvério Trevisan, Jean Baptista e Tony Boita. A análise também dialoga com referências históricas e culturais sobre a formação do atual Movimento LGBTQIA+ e com dados relacionados à produção cultural e à preservação da memória LGBTQIA+ no país. Os resultados indicam que a identidade LGBTQIA+ brasileira foi construída em estreita relação com a disputa pela memória, envolvendo tanto processos de apagamento quanto estratégias de resistência desenvolvidas por meio da imprensa, da cultura, das linguagens, dos movimentos sociais e da produção de patrimônios materiais e imateriais. Conclui-se que a consolidação de uma memória coletiva constitui elemento fundamental para o fortalecimento do pertencimento, da cidadania e do reconhecimento das experiências LGBTQIA+ como parte integrante da história, da cultura e do patrimônio brasileiros.

Palavras-chave: Memória coletiva, História LGBTQIA+, Patrimônio cultural, Movimento LGBTQIA+, Identidade.

Abstract

This article examines how historical processes of silencing homosexual experiences in Brazil contributed to the disruption of LGBTQIA+ collective memory and to the construction of identities marked by the absence of their own historical references. It is grounded in the understanding that the erasure of these experiences did not result from the nonexistence of dissident lives, but rather from historical mechanisms of exclusion that limited their presence in archives, institutions, memory policies, and official narratives of Brazilian history. The study aims to analyze how these processes affected the formation of LGBTQIA+ collective memory and how cultural expressions, networks of sociability, and activist movements came to contest the production, preservation, and legitimization of this memory. This theoretical essay, based on a narrative literature review, brings together classical contributions from memory studies and theories of power, particularly those of Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Michel-Rolph Trouillot, and Michel Foucault, with Brazilian scholars who examine LGBTQIA+ experiences, including Regina Facchini, Richard Miskolci, James N. Green, João Silvério Trevisan, Jean Baptista, and Tony Boita. The analysis also engages with historical and cultural references concerning the development of the contemporary LGBTQIA+ movement and with data related to cultural production and the preservation of LGBTQIA+ memory in Brazil. The findings indicate that Brazilian LGBTQIA+ identity has been shaped through ongoing disputes over memory, involving both processes of erasure and strategies of resistance developed through the press, culture, language, social movements, and the production of tangible and intangible cultural heritage. The study concludes that the consolidation of a collective memory is fundamental to strengthening belonging, citizenship, and the recognition of LGBTQIA+ experiences as an integral part of Brazilian history, culture, and cultural heritage.

Keywords: Collective memory, LGBTQIA+ history, Cultural heritage, LGBTQ+ movement, Identity

Introdução

A homossexualidade, enquanto fenômeno social, político e cultural, tem ocupado posição central nas discussões contemporâneas sobre diversidade, direitos humanos e reconhecimento das diferenças. Mais do que uma prática sexual ou uma expressão individual do desejo, ela constitui uma experiência historicamente atravessada por relações de poder que

definiram, em diferentes períodos, os limites entre o aceitável e o desviante. A construção da identidade homossexual moderna ocorreu sob discursos religiosos, médicos e jurídicos que produziram formas específicas de classificação, controle e exclusão. Compreender esses processos é fundamental para analisar os desafios contemporâneos relacionados à construção de uma memória coletiva e ao reconhecimento histórico das experiências LGBTQIA+.

O presente ensaio teórico parte da compreensão de que a história das dissidências sexuais foi marcada por longos processos de silenciamento, invisibilização e ausência de registros reconhecidos pelas narrativas oficiais. Essa lacuna histórica não deve ser entendida apenas como consequência da inexistência de documentação, mas como resultado de disputas sociais e políticas sobre aquilo que poderia ser lembrado, preservado e transmitido. Como demonstram Halbwachs (1997), Pollak (2001) e Trouillot (2024), a memória coletiva não é uma reprodução neutra do passado, mas uma construção atravessada por relações de poder, nas quais determinados grupos têm suas experiências legitimadas enquanto outros permanecem à margem dos arquivos, das instituições e dos discursos históricos. Nesse sentido, analisar a relação entre memória, esquecimento e poder permite compreender como a identidade homossexual foi constituída em um contexto marcado pela exclusão e pela dificuldade de elaboração de uma narrativa própria.

Embora a presença de pessoas LGBTQIA+ na sociedade brasileira seja histórica, a construção de uma memória coletiva organizada em torno dessas experiências é relativamente recente. Durante grande parte dos séculos XIX e XX, as diferentes vivências foram submetidas a mecanismos de repressão moral, criminalização e patologização que limitaram sua expressão pública e dificultaram a formação de espaços permanentes de reconhecimento. Somente a partir dos anos 1960¹, especialmente com a emergência dos movimentos sociais, das produções culturais e dos meios de comunicação produzidos pela própria comunidade, essas experiências passaram a disputar de maneira mais evidente seu lugar na história brasileira. Entretanto, esse processo permanece em construção: apesar do crescimento das representações LGBTQIA+ no cinema, na televisão, na literatura e nas artes, ainda não existe uma memória cultural amplamente consolidada e institucionalizada em escala nacional capaz de reunir essas diferentes trajetórias e referências. A disputa pela representação, portanto, também é uma disputa pelo direito de lembrar.

¹A homossexualidade deixou de ser considerada doença no Brasil em 1985, quando o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirou-a da lista de transtornos, e a decisão da Organização Mundial de Saúde (OMS) de retirar a homossexualidade da CID-10 em 1990 reforçou o fim dessa classificação no cenário internacional.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta este trabalho é: de que maneira o silenciamento histórico das experiências homossexuais no Brasil contribuiu para a ausência de quadros coletivos de memória e quais estratégias a cultura LGBTQIA+ desenvolveu para disputar essa narrativa histórica?

Para desenvolver essa discussão, é necessário delimitar alguns conceitos utilizados ao longo do texto. O termo “homossexual” será compreendido como uma categoria histórica moderna, consolidada no final do século XIX a partir dos discursos médico e científico que deslocaram a compreensão da dissidência sexual do campo moral, anteriormente associado à figura do “sodomita”, para uma classificação identitária vinculada ao sujeito e ao seu desejo. Como aponta Foucault (2025), esse processo não significou apenas uma mudança de nomenclatura, mas uma transformação na forma como a sexualidade passou a ser observada, produzida e regulada pelos dispositivos de saber e poder.

Já a sigla LGBTQIA+ será utilizada como uma categoria política contemporânea que reúne diferentes experiências de dissidência sexual e de gênero, reconhecendo a diversidade dos sujeitos envolvidos nas disputas por direitos, representação e memória. O conceito de queer será empregado em seu sentido crítico e político, relacionado à contestação das normas heteronormativas que historicamente organizaram as formas legítimas de existência (Lopes Louro, 2008). Originalmente utilizado em inglês como termo pejorativo associado ao significado de “peculiar” ou “abjeto”, o conceito foi posteriormente apropriado e ressignificado por sujeitos não normativos como uma ferramenta de resistência, análise e afirmação identitária.

Historicamente, a homossexualidade moderna foi atravessada por discursos que a definiram como pecado, crime e doença. É importante considerar que a ausência de reconhecimento das experiências homossexuais não se inicia apenas com a modernidade. Antes do surgimento da categoria “homossexual”, no século XIX, práticas entre pessoas do mesmo sexo eram compreendidas pela sociedade principalmente dentro de uma lógica moral e religiosa, especialmente a partir da noção de “sodomia”, associada ao pecado e à transgressão dos valores cristãos. A moral cristã estabeleceu, durante séculos, mecanismos de condenação e controle dessas práticas, classificando-as como desvios da ordem religiosa e social, sendo passíveis inclusive de julgamentos legais, impedindo a socialização e identidade coletiva e, quiçá, até a própria. Com a consolidação dos discursos médicos e jurídicos modernos, ocorre uma transformação significativa: a sexualidade deixa de ser compreendida apenas como um ato sexual moralmente condenado e passa a ser enquadrada como característica definidora do sujeito. O surgimento da categoria “homossexual” no século XIX, portanto, não representou apenas a substituição da condenação religiosa por uma explicação científica. Tratou-se da

incorporação dessas experiências a um novo regime de produção de saberes, no qual instituições como a medicina, a psiquiatria, o direito, a polícia e a própria escola passaram a produzir classificações, diagnósticos e normas voltados à vigilância e à regulação das sexualidades. Essas instituições de saber-poder não apenas descreviam determinados comportamentos, mas produziam categorias de sujeitos sobre as quais se legitimava o exercício do controle social (Foucault, 2025). Esse processo não produziu apenas mecanismos de repressão, mas uma tecnologia de poder voltada à objetificação dos corpos e das sexualidades. A classificação médica e jurídica da homossexualidade transformou determinadas experiências em identidades sobre as quais se legitimava a vigilância, a normalização e a exclusão, relegando esses indivíduos às margens das estruturas sociais e institucionais de poder. Como consequência, suas trajetórias permaneceram amplamente ausentes dos espaços de produção, legitimação e preservação da memória, aprofundando o apagamento histórico dessas experiências.

É nesse cenário que o estudo da memória coletiva se torna um eixo central de análise. Conforme Halbwachs (1997), as lembranças individuais dependem de quadros sociais de recordação, compostos por grupos, instituições, tradições e símbolos que sustentam a continuidade de uma experiência compartilhada. Quando esses quadros não existem ou são sistematicamente enfraquecidos, a capacidade de um grupo construir uma narrativa sobre si mesmo também é comprometida.

A partir dessa perspectiva, Pollak (2001) demonstra que o silêncio não representa a ausência de memória, mas uma das formas pelas quais determinados grupos administram, preservam ou ocultam certas experiências em contextos de disputa social. Para o autor, as memórias de grupos marginalizados frequentemente permanecem em estado “subterrâneo”, sendo transmitidas por meio de narrativas orais, práticas culturais, espaços de sociabilidade e formas alternativas de registro até encontrarem condições históricas para emergirem publicamente. No caso das dissidências sexuais e de gênero, essas transmissões foram frequentemente interrompidas pelos mecanismos de repressão social e institucional que dificultaram a continuidade de uma memória coletiva própria, ao suprimirem a possibilidade de comunhão entre os peculiares, os abjetos, os queer.

Essa transformação também deve ser compreendida a partir das condições sociais que possibilitaram a emergência de uma identidade homossexual moderna. D’Emilio (1993) observa que a consolidação do capitalismo industrial, ao reorganizar as relações entre trabalho, família e vida privada, criou novas formas de sociabilidade e ampliou as possibilidades de construção de comunidades baseadas em experiências compartilhadas de desejo e afeto. Nesse contexto, práticas anteriormente compreendidas apenas como atos moralmente condenados

passaram a ser articuladas também como formas de identificação individual e coletiva. Entretanto, essa possibilidade de reconhecimento ocorreu de maneira ambígua: o mesmo processo social que permitiu a emergência da identidade gay moderna também produziu mecanismos de regulação sobre os corpos e comportamentos considerados aceitáveis, aqui chamados de heteronormatividade. A visibilidade conquistada esteve frequentemente condicionada a modelos de respeitabilidade, produtividade e adequação às normas sociais dominantes, reproduzindo padrões de masculinidade, discrição e passabilidade heteronormativa que influenciaram a representação global das identidades LGBTQIA+. Além disso, essa construção esteve historicamente centrada sobretudo na experiência do homem homossexual, revelando os limites de uma memória coletiva que não contemplava de maneira equivalente outras dissidências sexuais e de gênero. Mulheres lésbicas, pessoas trans e travestis permaneceram submetidas a formas ainda mais intensas de invisibilização, atravessadas não apenas pela heteronormatividade, mas também pelo patriarcado, pelo machismo e pela misoginia. A ampliação dessas vozes ocorreu de maneira mais significativa especialmente no contexto da chamada revolução sexual e da reorganização dos movimentos sociais dos anos 1960, quando diferentes sujeitos passaram a disputar publicamente o direito de nomear suas próprias experiências.

Complementando essa discussão, Trouillot (2024) evidencia que a produção da história também envolve processos de seleção, exclusão e silenciamento. Para o autor, aquilo que é preservado nos arquivos, transformado em narrativa oficial e reconhecido como patrimônio histórico não resulta apenas da existência dos acontecimentos, mas das relações de poder que definem quais experiências merecem ser lembradas. Nesse sentido, as vivências LGBTQIA+ foram historicamente mantidas à margem das narrativas nacionais, não apenas pela ausência de registros, mas porque seus sujeitos raramente ocuparam espaços legitimados de produção histórica. A disputa pela memória, portanto, envolve também a possibilidade de que essas comunidades passem a narrar suas próprias experiências a partir de suas próprias referências. A relevância deste estudo está em analisar como a construção da identidade LGBTQIA+ no Brasil está relacionada à formação recente de seus próprios quadros de memória. Conforme Santos (2013), a memória coletiva participa diretamente da constituição das identidades sociais, pois permite que diferentes grupos reconheçam trajetórias compartilhadas e estabeleçam vínculos de pertencimento. Quando determinados sujeitos são sistematicamente excluídos das narrativas históricas, suas experiências tornam-se fragmentadas e dependentes de registros produzidos por instituições externas, muitas vezes marcadas por discursos de controle. Assim, pensar a memória LGBTQIA+ significa também analisar os processos pelos quais essa comunidade

passa a produzir seus próprios arquivos, símbolos, referências culturais e formas de reconhecimento.

Entende-se que a construção da memória coletiva está diretamente relacionada às possibilidades históricas de existência, reconhecimento e liberdade. Grupos que não possuem condições sociais para expressar seus afetos, registrar suas experiências ou ocupar espaços públicos encontram maiores dificuldades para construir narrativas compartilhadas sobre si mesmos. A memória, portanto, não é apenas um registro do passado, mas também resultado das condições políticas e culturais que permitem a determinados sujeitos existirem como parte de uma história reconhecida.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar como os processos históricos de silenciamento da homossexualidade no Brasil interferiram na construção de uma memória coletiva LGBTQIA+ e como movimentos sociais e produções culturais atuaram na disputa por reconhecimento, preservação e reconstrução dessa memória. Para alcançar esse objetivo, o estudo busca: (1) discutir como os conceitos de memória coletiva, esquecimento e produção da história podem contribuir para compreender a formação das identidades não normativas; (2) analisar os processos históricos de invisibilização, criminalização e patologização das experiências homossexuais no Brasil; e (3) compreender como movimentos ativistas e expressões culturais LGBTQIA+ produziram novas formas de registro, pertencimento e transmissão histórica.

Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de uma revisão narrativa da literatura e de uma articulação interdisciplinar entre estudos da memória, relações de poder, sexualidade e cultura. A análise parte das contribuições de autores como Halbwachs (1997), Pollak (2001), Santos (2013), Trouillot (2024) e Foucault (2025), cujos conceitos foram originalmente formulados para compreender processos amplos de construção da memória, produção da história e organização das relações de poder. A partir dessas bases teóricas, o estudo busca demonstrar como tais categorias podem ser aplicadas à compreensão das experiências LGBTQIA+ brasileiras.

Em diálogo com essa perspectiva, são incorporadas contribuições de autorias contemporâneas que analisam memória, patrimônio, movimentos sociais e experiências LGBTQIA+ no contexto brasileiro, como Regina Facchini (2005), Tony Boita (2017), Guacira Lopes Louro (2008) e Jean Baptista (2017). Essa aproximação permite deslocar a discussão de uma análise estrangeira da memória para uma reflexão situada sobre os modos pelos quais sujeitos LGBTQIA+ constroem arquivos, narrativas e referências culturais próprias. O trabalho também considera a produção cultural como espaço de registro histórico e disputa de

representação, observando a presença crescente de narrativas LGBTQIA+ no audiovisual brasileiro contemporâneo e dialogando com dados públicos sobre o setor audiovisual.

A análise desenvolvida compreende essas produções culturais não apenas como objetos artísticos, mas como formas contemporâneas de preservação de memória, capazes de registrar experiências, afetos e trajetórias que historicamente permaneceram ausentes dos arquivos oficiais. Dessa maneira, o estudo articula teoria da memória e observação cultural para compreender como a comunidade LGBTQIA+ transforma manifestações sociais, políticas e artísticas em instrumentos de (re)construção histórica.

O artigo está organizado em três movimentos argumentativos. O primeiro apresenta a relação entre memória, esquecimento e poder, discutindo como instituições religiosas, médicas e jurídicas participaram da produção histórica das categorias de controle sobre as sexualidades não-heteronormativas. O segundo analisa a formação de práticas de resistência e reconstrução memorial no Brasil, considerando movimentos sociais, espaços de sociabilidade e produções culturais como elementos fundamentais na disputa por reconhecimento. Por fim, as considerações finais retomam os principais argumentos desenvolvidos e discutem os desafios contemporâneos da preservação e institucionalização da memória LGBTQIA+ brasileira.

Memória, poder e os processos históricos de silenciamento das dissidências sexuais

A memória não constitui apenas um repositório de acontecimentos passados, mas um dos principais mecanismos por meio dos quais grupos sociais produzem sentidos sobre si mesmos, estabelecem vínculos de pertencimento e constroem continuidades históricas. Para Halbwachs (1997), toda memória é socialmente construída. As lembranças individuais não existem de forma isolada, mas são organizadas a partir de quadros coletivos de referência compostos por instituições, tradições, símbolos, narrativas e espaços de convivência que permitem aos sujeitos interpretar e compartilhar suas experiências. Recordar, portanto, é também participar de uma comunidade de memória.

Essa compreensão desloca a memória de uma dimensão estritamente individual para uma esfera coletiva e política. Grupos sociais preservam suas experiências não apenas por meio de documentos ou arquivos formais, mas também através de práticas culturais, rituais, narrativas familiares, produções artísticas e formas de transmissão simbólica que garantem a continuidade de determinados repertórios de significado ao longo do tempo. A memória coletiva atua, assim, como um elemento fundamental na constituição das identidades sociais, permitindo que indivíduos se reconheçam como parte de uma trajetória compartilhada e de uma experiência histórica comum.

Nesse sentido, a identidade não pode ser compreendida apenas como uma característica individual ou uma condição subjetiva. Ela depende da existência de referências coletivas que possibilitem aos sujeitos situarem suas experiências dentro de uma narrativa mais ampla. Como observa Santos (2013), a memória coletiva desempenha papel central na formação das identidades sociais e nacionais, uma vez que fornece os marcos simbólicos por meio dos quais grupos constroem reconhecimento, pertencimento e legitimidade. Quando determinados sujeitos são sistematicamente excluídos dessas narrativas e suas visibilidades são negadas, sua presença histórica torna-se fragmentada, dificultando a construção de vínculos coletivos duradouros.

A relação entre memória e identidade torna-se particularmente relevante quando observada a partir da experiência das dissidências sexuais e de gênero. Durante grande parte da história ocidental, esses sujeitos encontraram obstáculos significativos para registrar, preservar e transmitir suas próprias experiências. A ausência de reconhecimento institucional, a repressão social e os mecanismos de controle moral limitaram não apenas a liberdade de expressão dessas vivências, mas também as condições necessárias para sua transformação em memória coletiva. Em outras palavras, a possibilidade de lembrar está diretamente relacionada à possibilidade de existir publicamente.

Pollak (2001) contribui para essa discussão ao demonstrar que a memória é atravessada por relações de poder que definem quais experiências serão legitimadas e quais permanecerão silenciadas. Para o autor, grupos marginalizados frequentemente desenvolvem aquilo que denomina de “memórias subterrâneas”, narrativas que sobrevivem à margem dos discursos oficiais e que permanecem preservadas em espaços privados ou informais até que condições históricas mais favoráveis permitam sua emergência pública. O silêncio, portanto, não representa necessariamente ausência de memória, mas pode constituir uma estratégia de sobrevivência diante de contextos de repressão e exclusão.

No caso das populações LGBTQIA+, essa dinâmica assume características particulares. Diferentemente de outros grupos sociais, cujas experiências podem ser transmitidas por laços familiares, tradições comunitárias ou pertencimentos territoriais relativamente estáveis, pessoas LGBTQIA+ frequentemente cresceram em ambientes onde suas referências históricas estavam ausentes ou eram apresentadas exclusivamente por meio de discursos religiosos, médicos ou jurídicos que as associavam ao pecado, ao desvio ou à patologia. Durante grande parte da história, assumir publicamente uma identidade homossexual, lésbica, travesti ou trans significava enfrentar sanções morais, exclusão familiar, perseguições institucionais, perda de oportunidades profissionais e, em muitos casos, violência física. Como consequência, inúmeras

peças viveram suas experiências afetivas e identitárias em absoluto sigilo, ocultando aspectos fundamentais de suas vidas para garantir sua própria sobrevivência social e familiar (Sedgwick, 2008). Essa condição, posteriormente compreendida pela literatura como a experiência do "armário", interrompia não apenas a visibilidade individual, mas também a transmissão intergeracional de memórias, uma vez que histórias de vida, afetos, referências culturais e experiências coletivas dificilmente podiam ser compartilhados entre diferentes gerações.

Nesse contexto, a construção de uma memória coletiva das experiências LGBTQIA+ ocorreu, durante muito tempo, predominantemente a partir de discursos externos. As narrativas sobre essas populações foram produzidas menos por seus próprios integrantes do que por instituições que detinham legitimidade para nomear, classificar e interpretar suas existências. A história dessas experiências foi, assim, registrada principalmente pelos arquivos da religião, da medicina, da justiça e da polícia, enquanto as narrativas produzidas pelas próprias comunidades permaneceram fragmentadas, clandestinas ou restritas aos espaços privados de sociabilidade.

A partir dessa perspectiva, o esquecimento não deve ser compreendido como simples ausência de registros, mas como resultado de processos históricos que condicionam quem possui legitimidade para narrar o passado e quais experiências podem ser incorporadas à memória social. A disputa pela memória, portanto, também envolve uma disputa pela possibilidade de narrar a própria existência. Sem espaços de reconhecimento, preservação e transmissão, diferentes grupos dissidentes permaneceram privados de parte significativa de sua história coletiva. A ausência desses registros não significa inexistência dessas experiências, mas revela os mecanismos sociais que limitaram sua visibilidade e continuidade histórica. A reconstrução dessa memória torna-se, assim, uma prática de reconhecimento, na qual movimentos sociais e produções culturais passam a ocupar um papel fundamental na recuperação de trajetórias antes fragmentadas ou silenciadas.

Quando determinados sujeitos são impedidos de registrar suas histórias, preservar seus símbolos ou transmitir suas experiências às gerações seguintes, não ocorre apenas uma perda documental, mas um enfraquecimento das próprias condições de construção identitária. É nesse ponto que memória, poder e silenciamento se encontram como dimensões inseparáveis da experiência histórica das dissidências sexuais e de gênero.

Se a memória coletiva depende da existência de grupos, instituições e referências capazes de sustentar determinadas narrativas, é necessário compreender como esses próprios mecanismos de lembrança são produzidos socialmente. A história, assim como a memória, não constitui um campo neutro, pois envolve escolhas sobre aquilo que será preservado, registrado

e reconhecido como parte de uma experiência coletiva. Nesse sentido, Trouillot (1995) demonstra que a produção histórica está atravessada por relações de poder que definem quais acontecimentos ganham visibilidade e quais permanecem marginalizados nos arquivos e discursos oficiais.

Para o autor, o silêncio histórico não representa simplesmente a ausência de acontecimentos, mas o resultado de processos sociais que selecionam vozes, documentos e narrativas consideradas legítimas. A história é construída tanto pelo que registra quanto pelo que exclui. Aplicada às experiências LGBTQIA+, essa perspectiva permite compreender que a ausência de determinadas trajetórias nos relatos históricos não significa que essas experiências não existiram, mas que foram frequentemente desconsideradas pelos espaços tradicionais de produção do conhecimento, inclusive pelas próprias famílias. A dificuldade de localizar arquivos, biografias, registros culturais, testemunhos e narrativas produzidas por sujeitos que não seguem a norma torna-se ainda mais evidente quando comparada à extensa tradição de preservação histórica dedicada a líderes políticos, instituições religiosas, figuras militares, intelectuais e outros personagens reconhecidos pelas narrativas oficiais. Essa assimetria documental revela uma disputa mais ampla sobre quem possui legitimidade para ocupar o lugar de sujeito histórico e quais experiências são consideradas dignas de registro, preservação e transmissão às gerações futuras.

Essa disputa foi particularmente intensa porque os principais discursos responsáveis por classificar e organizar as sexualidades não heteronormativas também foram aqueles que produziram os registros disponíveis sobre elas. Durante séculos, instituições religiosas, médicas e jurídicas foram responsáveis por documentar práticas e diferentes vivências, mas frequentemente o fizeram a partir de perspectivas de condenação, controle ou correção. Assim, muitos dos registros preservados sobre essas experiências não foram produzidos como formas de reconhecimento, mas como documentos de vigilância e repressão.

É nesse ponto que a contribuição de Foucault (2025) torna-se fundamental. Ao analisar a relação entre saber e poder, o autor demonstra que a sexualidade não foi apenas reprimida por instituições sociais, mas também produzida enquanto objeto de conhecimento. O poder moderno não atua somente proibindo determinadas práticas, mas criando categorias, discursos e formas de identificação que permitem observar, classificar e regular os indivíduos. A passagem da compreensão religiosa do pecado para os discursos médicos e jurídicos modernos representa uma mudança significativa nesse processo: a dissidência sexual deixa de ser interpretada apenas como um ato condenável e passa a ser associada à existência de um sujeito específico.

A categoria “homossexual”, consolidada no século XIX, exemplifica essa transformação. Ao mesmo tempo em que possibilitou uma nova forma de reconhecimento identitário, permitindo que experiências antes tratadas como atos isolados passassem a ser compreendidas como parte de uma existência compartilhada, ela também estabeleceu novos mecanismos de controle. O sujeito homossexual moderno surge, portanto, em uma relação ambígua entre visibilidade e regulação: torna-se possível nomear uma experiência, mas essa nomeação ocorre inicialmente dentro de sistemas de saber que buscavam explicá-la, classificá-la e normatizá-la.

Essa ambiguidade também aparece na análise de D’Emilio (1993), ao observar que a emergência de uma identidade gay moderna está relacionada às transformações sociais provocadas pelo capitalismo industrial. A separação entre trabalho e vida doméstica, a reorganização das relações familiares e o crescimento dos espaços urbanos possibilitaram novas formas de sociabilidade e permitiram que pessoas com experiências semelhantes construíssem redes de pertencimento para além das estruturas familiares tradicionais. A identidade homossexual moderna não surge apenas como resultado da repressão, mas também como consequência das condições econômicas que permitiram a formação de comunidades informais e formas coletivas de reconhecimento.

Entretanto, esse processo esteve longe de significar uma libertação completa. A possibilidade de reconhecimento social esteve frequentemente condicionada a modelos de comportamento considerados aceitáveis, especialmente aqueles associados à masculinidade, discrição, produtividade e integração aos padrões heteronormativos dominantes. Como consequência, determinadas experiências dentro das dissidências sexuais receberam maior visibilidade do que outras. Mulheres lésbicas, pessoas trans e travestis permaneceram submetidas a formas específicas de marginalização, atravessadas pela desigualdade de gênero, pelo patriarcado e por mecanismos sociais que limitavam ainda mais suas possibilidades de expressão pública e preservação de memória.

No Brasil, os processos de silenciamento das dissidências sexuais assumiram características próprias, articulando heranças religiosas, estruturas jurídicas, desigualdades sociais e formas específicas de controle sobre os corpos. Entretanto, compreender essa trajetória exige evitar uma leitura linear da história. A existência de relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo gênero antecede em muito o surgimento da categoria moderna de “homossexual” e pode ser identificada, ainda que de forma fragmentária, em diferentes períodos e contextos históricos. O que varia ao longo do tempo não é a existência dessas experiências, mas as formas pelas quais foram interpretadas, registradas e reguladas.

Durante o período colonial, a principal categoria utilizada para enquadrar essas práticas era a sodomia, compreendida como pecado grave e crime contra a ordem religiosa. Conforme demonstram Green (2019), Trevisan (2018), Luiz Mott e Marcelo Lima (2024), a atuação do Tribunal do Santo Ofício estruturou um amplo sistema de vigilância moral que produziu investigações, denúncias, interrogatórios e punições dirigidas principalmente a homens acusados de manter relações sexuais com outros homens. Embora mulheres também fossem alvo da repressão inquisitorial, sua presença nos registros aparece em proporção significativamente menor. Mott e Lima (2024) identificam que, entre os processos analisados, 327 menções referem-se a indivíduos do sexo masculino, correspondendo a 89,84% dos casos, enquanto apenas 37 mulheres são mencionadas. Essa assimetria revela não apenas uma maior incidência documental sobre homens, mas também diferentes formas de vigilância e visibilidade produzidas pelas relações de gênero no período. Os homens gays gozavam de maior liberdade para experimentarem e viverem seus desejos sexuais, mesmo que “peculiares”. Nesse contexto, o termo “sodomita” designava prioritariamente o ato sexual considerado ilícito, e não uma identidade individual ou coletiva semelhante às categorias atualmente empregadas para compreender as dissidências sexuais.

Paradoxalmente, o próprio processo de expansão colonial portuguesa contribuiu para a circulação desses sujeitos. Mott e Lima (2024) e Green (2019) observam que territórios ultramarinos como Brasil, Angola e possessões portuguesas na Ásia tornaram-se destinos frequentes para indivíduos condenados ou considerados moralmente indesejáveis pelo Santo Ofício. Mais do que simples espaços de punição, esses territórios favoreceram novas formas de circulação social e de encontro entre sujeitos marginalizados, especialmente em centros urbanos em formação. Entre 1587 e 1794, mais de quatro mil denúncias foram registradas, e os acusados eram julgados como sodomitas (Green, 2019).

Essa dinâmica ajuda a compreender por que diferentes historiadores identificam, entre os séculos XVII e XIX, a ampliação de espaços de homossociabilidade nas cidades coloniais e europeias. Esse processo esteve diretamente relacionado ao crescimento urbano e à diversificação das formas de convivência, permitindo o surgimento de locais de encontro relativamente estáveis, ainda que submetidos à vigilância permanente das autoridades (Mott e Lima, 2024). Ronaldo Vainfas, citado pelos autores, identifica nesse contexto aquilo que denomina um “esboço de subcultura homossexual”, caracterizado pela existência de práticas coletivas e redes de sociabilidade, embora ainda distante da formação de uma identidade homoerótica nos moldes contemporâneos. Predominavam, segundo o historiador, denúncias

recíprocas, relações marcadas pela precariedade social e formas de exploração típicas do Antigo Regime, mais do que uma consciência identitária compartilhada.

Esses elementos aproximam-se das interpretações de D'Emilio (1993) e Green (2019), para quem somente entre o final do século XVIII e o início do XIX começam a surgir, sobretudo nos grandes centros urbanos, formas mais estruturadas de sociabilidade relacionadas às experiências homoafetivas, como bares, cafés, bistrôs e espaços de comércio sexual. Ainda que esses ambientes permanecessem sujeitos à perseguição policial e moral, sua existência demonstra que a história das dissidências sexuais não pode ser reduzida exclusivamente às práticas repressivas. Mesmo sob intensa vigilância, diferentes formas de convivência coletiva continuaram sendo produzidas.

No Brasil imperial, essa ambiguidade também se manifesta nas práticas culturais. Conforme observa Trevisan (2018), atores homens que interpretavam papéis femininos alcançavam reconhecimento artístico e prestígio social em um período no qual mulheres eram proibidas de atuar nos palcos por determinação da Coroa portuguesa. Embora esse travestismo teatral não corresponda diretamente às experiências contemporâneas de travestis ou pessoas trans, ele evidencia que determinadas expressões de subversão dos papéis de gênero podiam ser toleradas quando restritas ao espaço da representação artística. Fora dele, entretanto, as mesmas performances continuavam submetidas ao controle moral, à perseguição policial e à estigmatização social. As artes constituíram, assim, um espaço historicamente ambíguo: acolhiam determinadas transgressões como espetáculo, enquanto a sociedade condenava essas mesmas expressões quando vividas como experiência cotidiana.

Após a Independência, embora a sodomia tenha deixado de aparecer explicitamente como crime no Código Penal de 1830, outros dispositivos jurídicos e morais continuaram permitindo formas indiretas de repressão. No decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX, conceitos como "atentado ao pudor", "vadiagem" e "escândalo público" passaram a funcionar como instrumentos amplos de controle social, possibilitando que autoridades definissem quais comportamentos seriam considerados aceitáveis no espaço público. Dessa maneira, a ausência de criminalização direta não significou ausência de perseguição, mas uma mudança nos mecanismos utilizados para regular as sexualidades não heteronormativas. Esses dispositivos assumiam especial relevância porque grande parte das possibilidades de sociabilidade entre pessoas do mesmo sexo encontrava-se justamente nos espaços públicos ou semipúblicos das cidades (Green, 2019), uma vez que o ambiente doméstico e familiar permanecia fortemente estruturado pelos valores cristãos, patriarcais e heteronormativos, restringindo a livre expressão dessas experiências. O controle sobre ruas, praças, bares, teatros

e demais espaços de convivência urbana funcionava, assim, como um mecanismo de controle sobre a própria possibilidade de constituição de vínculos afetivos e de comunidades de pertencimento. Ao restringir a circulação e a permanência de pessoas cujas expressões de gênero e sexualidade eram consideradas desviantes, o poder limitava também a formação de redes de sociabilidade capazes de transmitir experiências, referências e memórias coletivas. Como observa Green (2019), apesar dessa vigilância constante, alguns espaços urbanos passaram a ser reconhecidos, ainda que de maneira informal, como territórios de encontro entre homens homossexuais. Um dos exemplos mais emblemáticos é o então Largo do Rossio, atual Praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Cercada por teatros, cafés e intensa circulação de pessoas, a praça consolidou-se, ainda no período em que o Rio era capital do Império, como um dos poucos locais onde homens podiam reconhecer-se mutuamente, flertar e, em determinadas circunstâncias, estabelecer relações afetivas e sexuais. Gestos discretos, olhares e códigos silenciosos transformavam aquele espaço público em um território de sociabilidade que escapava, ainda que precariamente, ao controle moral dominante.

A permanência dessa centralidade ao longo do tempo revela como determinados espaços urbanos passaram a funcionar como verdadeiros lugares de memória das experiências LGBTQIA+ brasileiras. Ainda hoje, a Praça Tiradentes e seu entorno permanecem associados à presença da diversidade sexual e de gênero, concentrando teatros, casas de espetáculo, espaços de sociabilidade noturna e manifestações culturais que continuam ressignificando esse território. A continuidade dessa ocupação demonstra que a memória LGBTQIA+ também se constrói pela permanência dos lugares, onde diferentes gerações compartilham experiências, produzem pertencimento e mantêm vivas formas de existência historicamente marginalizadas.

Essa dinâmica contribuiu para reforçar a associação entre dissidência sexual e marginalidade, deslocando essas vivências para territórios constantemente vigiados e socialmente estigmatizados. Em certa medida, esse fenômeno ainda encontra ecos no Brasil contemporâneo, onde a migração de pessoas LGBTQIA+ para grandes centros urbanos continua representando, para muitos indivíduos, a possibilidade de encontrar espaços de reconhecimento, sociabilidade e maior liberdade para viver suas identidades e afetos.

Como analisam Green (2019) e Trevisan (2018), essa vigilância também esteve relacionada às transformações urbanas e aos projetos de modernização do país, que buscavam organizar os corpos e comportamentos segundo ideais de ordem, moralidade e normalidade. A homossexualidade passou a ser observada não apenas como questão religiosa, mas também como problema social e médico. A psiquiatria, a medicina e o direito contribuíram para a construção de discursos que associavam determinadas expressões de desejo e gênero à desvios

sexuais de perversões (Foucault, 2025), reforçando a ideia de que essas experiências deveriam ser escondidas, corrigidas ou afastadas da esfera pública.

A repressão, entretanto, não se limitava às classes populares, havia um duplo regime de controle: aos pobres e negros, o cárcere e o manicômio público; aos brancos e de classe média, o confinamento “discreto” em sanatórios privados, onde médicos e famílias tentavam “corrigir” o comportamento homossexual por meio de terapias e isolamento. Essa medicalização do desvio reforçou a ideia de que a homossexualidade, na elite, era uma doença a ser tratada, e não uma expressão legítima da subjetividade; enquanto que para as classes baixas, era considerada um crime, impassível de “cura” (Green, 2019; Trevisan, 2018).

Esse processo teve consequências diretas para a produção de memória. Como observa Pollak (2001), regimes de repressão e exclusão não apenas impedem determinadas vozes de se manifestarem, mas também dificultam que essas experiências sejam transmitidas entre gerações. No caso das populações LGBTQIA+, o resultado foi uma ruptura na continuidade histórica: muitos sujeitos cresceram sem acesso a referências retratadas de maneira positivas sobre aqueles que vieram antes deles, sem símbolos reconhecidos e sem narrativas legitimadas que permitissem compreender suas experiências como parte de uma trajetória coletiva da qual se orgulhar.

A ausência desses quadros sociais de memória contribuiu para que grande parte das referências identitárias LGBTQIA+ brasileiras fosse construída posteriormente a partir de fragmentos dispersos: arquivos pessoais, espaços de sociabilidade, produções culturais, movimentos políticos e narrativas orais. O resultado é o que Santos (2013) define como “amnésia social estruturante”: a ausência de um projeto coletivo de memória que integre essas experiências à identidade nacional. A narrativa brasileira sobre si mesma, fundada em ideais de virilidade, mestiçagem e família, apagou sistematicamente as diferentes vivências e identidades, relegando-os à margem ou à caricatura. Sem esse de apoio, seja na família, na escola, na religião ou na política, a identidade homossexual brasileira nasceu sob o signo do esquecimento, e não da celebração, permanecendo preservada em condições precárias e frequentemente fora das instituições tradicionais de memória. O ativismo que emerge a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos, e mais forte no Brasil nos anos 1970 e depois em 1990, portanto, não representa apenas uma luta por direitos civis, mas também uma tentativa de reconstruir uma continuidade histórica interrompida.

A teoria da memória coletiva de Halbwachs (1997) ajuda a compreender o que se perdeu: sem os chamados “quadros sociais” que sustentem a lembrança — instituições, tradições, espaços e narrativas próprias —, o passado LGBTQIA+ brasileiro foi reconstruído

por olhares externos. A ausência de uma memória coletiva é, portanto, não apenas um efeito colateral do silenciamento, mas uma política deliberada de esquecimento, que impede a comunidade LGBTQIA+ de se perceber como parte integrante, participante e pertencente da história nacional.

A ausência de uma memória homossexual autóctone faz com que o Brasil reencene, sob nova roupagem, um processo de dependência simbólica. A reconstrução da memória LGBTQIA+: ativismo, cultura e disputa por representação

Se o primeiro movimento deste trabalho demonstrou como diferentes relações de poder contribuíram para interromper a continuidade histórica das experiências LGBTQIA+, a segunda metade do século XX marca o início de um processo gradual de reconstrução dessa memória. Essa transformação, entretanto, não ocorreu de forma isolada nem pode ser compreendida exclusivamente a partir da história do movimento LGBTQIA+. Ela se insere em um contexto internacional mais amplo de profundas mudanças sociais e culturais, especialmente nos Estados Unidos, marcado pela expansão dos movimentos por direitos civis, pela segunda onda do feminismo, pelos questionamentos às estruturas tradicionais de família e gênero e pela chamada revolução sexual. Esses movimentos colocaram em xeque normas historicamente consideradas naturais, abrindo espaço para novas formas de compreender o corpo, a sexualidade e a autonomia individual (Lopes Louro, 1997).

Em especial, a luta das mulheres por igualdade de direitos e pela autonomia sobre seus próprios corpos representou uma ruptura significativa com a ordem patriarcal que organizava as relações sociais desde a modernidade. Ao questionar papéis de gênero, hierarquias familiares e padrões de comportamento impostos às mulheres, o movimento feminista também ampliou o campo de debate sobre outras formas de dissidência em relação à heteronormatividade. Ainda que possuíssem reivindicações próprias e trajetórias distintas, feminismos e movimentos queer passaram a compartilhar um mesmo ambiente de contestação política e cultural, no qual a liberdade sexual e a autodeterminação dos sujeitos deixaram de ser compreendidas apenas como questões privadas para se tornarem objeto de reivindicação pública.

É nesse cenário que sujeitos historicamente silenciados passam a disputar não apenas reconhecimento jurídico, mas também o direito de registrar suas experiências, construir narrativas próprias e ocupar um lugar na memória coletiva. A reivindicação por direitos passa, então, a caminhar lado a lado com a reivindicação pelo direito de lembrar. Essa mudança representa uma inflexão significativa na produção da história e observa-se um deslocamento importante: as próprias comunidades LGBTQIA+ passam a produzir jornais, arquivos, manifestações artísticas, organizações políticas, registros audiovisuais e espaços de

sociabilidade destinados a preservar suas experiências e transmiti-las às gerações seguintes. Pela primeira vez, esses sujeitos deixam de ocupar apenas a posição de objetos da história para reivindicar também o papel de narradores de sua própria memória.

Esse processo, contudo, esteve longe de ser homogêneo. A emergência de uma memória pública LGBTQIA+ foi marcada por disputas relacionadas ao gênero, à raça, à classe social e ao território. Os primeiros movimentos organizados, tanto internacionalmente quanto no Brasil, foram predominantemente conduzidos por homens gays brancos das grandes cidades, refletindo desigualdades já existentes na própria sociedade. Mulheres lésbicas, travestis, pessoas trans e outros grupos historicamente marginalizados precisaram disputar, simultaneamente, reconhecimento perante a sociedade e espaço dentro da própria construção da memória coletiva do movimento. A história das dissidências sexuais, portanto, passa a ser também a história da ampliação progressiva dessas vozes, incorporando sujeitos que durante muito tempo permaneceram ausentes tanto das narrativas oficiais quanto dos primeiros registros produzidos pelo próprio ativismo.

As transformações culturais iniciadas na década de 1960 encontraram uma de suas expressões mais significativas na organização política das dissidências sexuais. Conforme observa Weeks (2017), a sexualidade deixa de ser compreendida apenas como uma dimensão privada da vida para tornar-se também um campo de disputa política, no qual identidade, desejo e cidadania passam a ser reivindicados como direitos. Essa mudança permitiu que sujeitos historicamente reduzidos à clandestinidade ou ao silêncio comessem a construir formas coletivas de organização e representação, produzindo não apenas novos movimentos sociais, mas também novos mecanismos de preservação da própria memória.

É nesse contexto que a Revolta de Stonewall, ocorrida em Nova York em junho de 1969, adquire relevância histórica. Embora não tenha sido a primeira reação organizada contra a violência sofrida por pessoas LGBTQIA+, o episódio consolidou-se como o principal marco simbólico da memória coletiva internacional do movimento. Sua importância reside menos no acontecimento isolado e mais na forma como passou a ser continuamente lembrado, reinterpretado e celebrado pelas gerações seguintes. Sob a perspectiva de Halbwachs (1997), Stonewall constitui um novo quadro social de memória: um acontecimento capaz de reunir experiências anteriormente dispersas em torno de uma narrativa compartilhada de resistência, pertencimento e orgulho coletivo.

A partir desse momento, a luta por direitos civis passa a incorporar também a disputa pela memória. Marchas, celebrações, publicações, manifestações culturais e organizações políticas deixam de representar apenas estratégias de mobilização social para tornarem-se

igualmente instrumentos de preservação histórica. O orgulho LGBTQIA+, celebrado anualmente em diferentes países, transforma-se em um ritual coletivo de rememoração, reafirmando a continuidade entre diferentes gerações e fortalecendo vínculos de pertencimento que durante séculos foram sistematicamente interrompidos.

Entretanto, como demonstram Pollak (2001) e Trouillot (2024), toda memória coletiva é também resultado de disputas. A consolidação de Stonewall como principal referência internacional não apagou outras experiências de resistência, mas contribuiu para estabelecer uma narrativa dominante que passou a orientar diferentes movimentos ao redor do mundo. Essa memória internacionalizada forneceu linguagem política, repertórios simbólicos e estratégias de mobilização fundamentais para comunidades que ainda buscavam construir seus próprios quadros de referência. Ao mesmo tempo, favoreceu a centralidade de determinados acontecimentos, personagens e formas de representação em detrimento de outras experiências desenvolvidas em contextos históricos distintos.

Nesse sentido, talvez seja mais preciso afirmar que o Brasil incorporou, inicialmente, uma gramática política e memorial antes mesmo de consolidar uma memória coletiva própria. Os símbolos do orgulho LGBTQIA+, determinadas formas de organização militante e parte do vocabulário político utilizado pelos primeiros grupos brasileiros dialogavam diretamente com referências internacionais (Green, 2019; Trevisan, 2018). Essa circulação transnacional desempenhou papel decisivo para a organização do movimento nacional, oferecendo repertórios de luta e reconhecimento em um momento no qual o país ainda possuía poucos marcos públicos capazes de sustentar uma memória coletiva das dissidências sexuais. Ao mesmo tempo, essa aproximação evidenciou a necessidade de construir narrativas próprias, capazes de dialogar com as especificidades históricas, culturais e sociais da experiência brasileira.

A incorporação dessa gramática política internacional encontrou, no Brasil, um cenário profundamente distinto daquele observado nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental. Conforme demonstra Regina Facchini (2003), o movimento homossexual brasileiro não pode ser compreendido como uma trajetória linear de expansão contínua, mas como um processo marcado por sucessivas reorganizações, disputas internas e diferentes formas de articulação política. Seu desenvolvimento acompanha tanto as transformações do regime político brasileiro quanto as mudanças nas formas de compreender a sexualidade, produzindo diferentes "ondas" de mobilização ao longo das últimas décadas. Mais do que importar modelos estrangeiros, o movimento brasileiro apropriou-se deles para responder a problemas específicos de sua própria realidade, marcada simultaneamente pela redemocratização, pela epidemia de HIV/AIDS, pelo

fortalecimento dos movimentos sociais e pela lenta ampliação do espaço público destinado às dissidências sexuais.

Essa adaptação, entretanto, não ocorreu apenas no plano das reivindicações por direitos. Diante de séculos de silenciamento e da fragmentação das experiências LGBTQIA+, o movimento brasileiro passou a enfrentar um desafio igualmente fundamental: reconstruir as condições sociais para a existência de uma memória coletiva. A criação de grupos organizados, jornais, encontros nacionais, centros culturais, acervos documentais e espaços de sociabilidade representou não apenas uma estratégia de mobilização política, mas também um esforço deliberado de produzir registros, preservar trajetórias e estabelecer vínculos intergeracionais entre sujeitos que, até então, permaneciam dispersos ou reduzidos aos arquivos da repressão.

Antes mesmo da consolidação do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), no final da década de 1970, já era possível identificar, no Brasil, diferentes manifestações culturais, religiosas e formas de sociabilidade que preservavam experiências dissidentes da heteronormatividade. Essas iniciativas não constituíam ainda um movimento político organizado, tampouco reivindicavam uma identidade coletiva nos moldes que se consolidariam posteriormente. Ainda assim, desempenharam um papel decisivo ao manter vivas formas de convivência, afetos, representações e espaços de reconhecimento mútuo em um contexto marcado pela repressão moral, pelo controle dos corpos e pelo silêncio institucional.

Sob a perspectiva de Halbwachs (1997), esses são espaços da memória ainda não institucionalizados. Mesmo dispersos e frequentemente invisibilizados, possibilitavam que experiências compartilhadas encontrassem alguma continuidade histórica, preservando referências que dificilmente seriam incorporadas aos registros oficiais. Conforme discutido por Pollak (2001), essas memórias subterrâneas sobreviveram à margem das instituições oficiais, preservadas em práticas culturais, linguagens, redes de sociabilidade e experiências compartilhadas que mantiveram vivas referências coletivas mesmo diante do silenciamento histórico.

Essa presença rara também pode ser observada na produção cultural brasileira. Em 1895, Adolfo Caminha publica *O Bom Crioulo*, considerado uma das primeiras obras da literatura latino-americana a apresentar explicitamente uma relação homoafetiva entre dois homens. Conforme observa Green (2019), a ousadia da narrativa provocou forte reação da crítica literária da época, que condenou o romance por sua suposta imoralidade. Caminha foi acusado de imoralidade e respondeu às críticas com o texto *Um livro condenado*, publicado no ano seguinte. Ele ainda destaca que essa reação pública demonstra a presença de uma

sensibilidade homoerótica na cultura brasileira de fins do século XIX, ainda que imediatamente reprimida e recodificada sob os discursos médico, religioso e jurídico da degenerescência.

Green (2019) e Trevisan (2018) destacam o papel desempenhado pelos bailes carnavalescos das décadas de 1930 e 1940, nos quais concursos de fantasias e apresentações de travestismo criavam momentos de relativa suspensão das normas de gênero, ainda que restritos ao espaço festivo e frequentemente submetidos à vigilância policial. Da mesma forma, os terreiros das religiões de matriz afro-brasileira constituíram importantes espaços de acolhimento para pessoas cujas vivências escapavam às normas impostas pela moral cristã dominante, oferecendo redes de pertencimento que contribuíram para a preservação de experiências coletivas em um período de intensa marginalização.

A literatura, assim como o teatro e outras manifestações artísticas discutidas anteriormente, reproduzia uma lógica já observada desde o período imperial. A cultura mostrava-se capaz de incorporar determinadas transgressões como espetáculo ou objeto de curiosidade, mas não de reconhecer como legítimas as existências que lhes davam origem. As experiências LGBTQIA+ podiam ser representadas na ficção e consumidas pelo público, desde que permanecessem afastadas da vida cotidiana. A visibilidade artística, portanto, não correspondia ao reconhecimento social, mas frequentemente funcionava como uma forma de administrar simbolicamente aquilo que continuava sendo rejeitado na realidade.

É nesse processo gradual de construção de visibilidade que surgem também as primeiras iniciativas de comunicação voltadas especificamente à população homossexual. Ainda durante a década de 1960, em pleno contexto de endurecimento da ditadura militar e de repressão aos costumes, o jornal *O Snob*, publicado entre 1963 e 1969, passou a circular de maneira artesanal entre homens homossexuais, constituindo uma das primeiras experiências sistemáticas de produção de informação voltada a esse público (Green, 2019). Pouco depois, a breve experiência da Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968) demonstrava que já existiam esforços para construir canais próprios de comunicação e representação, ainda limitados pela censura, pela clandestinidade e pela ausência de uma organização política nacional (Facchini, 2005).

Embora pontuais, essas experiências desempenharam um papel fundamental na formação de um repertório compartilhado de referências culturais e formas de sociabilidade. Mais do que informar, elas começaram a aproximar indivíduos que até então vivenciavam suas experiências de maneira profundamente isolada, preparando o terreno para que, na década seguinte, a luta pela visibilidade deixasse de ocorrer apenas nos espaços da cultura e da convivência cotidiana e passasse a organizar-se também como movimento político.

Ao longo da década de 1970, novas experiências passam a ocupar espaços antes inexistentes. Entre elas destaca-se a Coluna do Meio, escrita por Celso Curi e publicada no jornal Última Hora entre 1976 e 1979 (Facchini, 2005). Mais do que uma coluna voltada ao entretenimento, ela tornou-se um importante espaço de circulação de informações, divulgação de eventos e reconhecimento mútuo entre pessoas LGBTQIA+, contribuindo para ampliar redes de contato e fortalecer um sentimento inicial de pertencimento coletivo em um período ainda marcado pela censura e pela repressão.

É nesse ambiente que, em 1978, surge o Grupo Somos, reconhecido como a primeira organização política do Movimento Homossexual Brasileiro. Influenciado pelas transformações internacionais ocorridas após Stonewall, mas profundamente inserido no contexto da abertura política brasileira, o Somos inaugura uma nova etapa da luta LGBTQIA+ nacional ao deslocar a homossexualidade do campo da experiência privada para o espaço da ação política organizada. Como demonstra Facchini (2005), o chamado ciclo libertário do movimento homossexual brasileiro (1978-1983/84) caracteriza-se pela intensa articulação entre diferentes movimentos sociais, pela valorização da autonomia política e pela criação de organizações que buscavam construir formas próprias de representação coletiva.

A fundação do Lampião da Esquina, também em 1978, amplia significativamente esse processo. O jornal deixa de atuar apenas como veículo de informação para transformar-se em um espaço de elaboração intelectual, circulação de ideias, denúncia da violência e construção de referências culturais compartilhadas. Pela primeira vez, pessoas LGBTQIA+ passam a produzir uma narrativa pública sobre suas próprias experiências em escala nacional, rompendo parcialmente a dependência dos discursos médicos, religiosos e policiais que historicamente haviam monopolizado sua representação (Green, 2019; Trevisan, 2018).

Ao mesmo tempo, a expansão do movimento revelou que a construção dessa memória também reproduzia desigualdades internas. Mulheres lésbicas passaram a questionar a predominância masculina existente nas primeiras organizações do movimento, reivindicando maior protagonismo político e visibilidade para suas experiências. Dessa disputa surgem o Grupo Lésbico-Feminista (LF) e, posteriormente, o Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF), responsável pela publicação do boletim ChanacomChana, lançado inicialmente em 1981 pela ala lésbica do Somos e retomado em 1982 pelo GALF. Distribuído principalmente nas proximidades do Ferro's Bar, tradicional ponto de encontro de mulheres lésbicas em São Paulo, o boletim ultrapassava a função de simples veículo informativo: constituía um espaço de produção de memória, circulação de experiências e fortalecimento da identidade coletiva

lésbica em um contexto no qual suas vivências permaneciam invisibilizadas inclusive dentro do próprio movimento homossexual (Lessa, 2022).

A tensão entre reconhecimento e exclusão torna-se evidente no episódio que ficaria conhecido como Levante do Ferro's Bar. Após sucessivas tentativas dos proprietários do estabelecimento de impedir a distribuição do ChanacomChana, integrantes do GALF organizaram, em 1983, uma manifestação que reivindicava o direito de permanecer naquele espaço e de distribuir livremente sua publicação. Frequentemente considerado o primeiro protesto público organizado do movimento lésbico brasileiro, o episódio tornou-se um marco da memória LGBTQIA+ nacional por evidenciar que a disputa por direitos também passava pela ocupação dos espaços de sociabilidade, pela circulação da palavra escrita e pela preservação das próprias narrativas.

Sob essa perspectiva, iniciativas como o Somos, o Lampião da Esquina, o Chana com Chana, o GALF, o Grupo Gay da Bahia e tantas outras organizações pioneiras desempenharam um papel que ultrapassava a militância tradicional. Ao produzir jornais, boletins, manifestos, arquivos, encontros nacionais e redes permanentes de sociabilidade, esses coletivos reconstruíram os chamados quadros sociais da memória. Mais do que conquistar direitos civis, passaram a produzir as condições necessárias para que a comunidade LGBTQIA+ brasileira pudesse, pela primeira vez, registrar sua própria história, transmitir suas experiências entre gerações e reconhecer-se como sujeito coletivo de sua própria memória.

Essa perspectiva permite compreender que a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro não corresponde apenas à conquista gradual de direitos civis. Trata-se igualmente da construção de uma infraestrutura de memória. A consolidação de jornais, arquivos pessoais, fotografias, manifestos, centros de documentação, associações civis e eventos públicos tornou possível a preservação de experiências que anteriormente desapareciam junto com seus protagonistas. Como observa Facchini (2005), a própria constituição das identidades políticas esteve profundamente associada à criação desses espaços coletivos de reconhecimento, nos quais indivíduos antes isolados passaram a construir pertencimentos compartilhados.

A consolidação desses primeiros espaços de organização política não encerrou a disputa pela memória LGBTQIA+ brasileira; ao contrário, inaugurou uma nova etapa de sua construção. Se as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela produção dos primeiros registros elaborados pelas próprias comunidades LGBTQIA+, os anos seguintes passaram a concentrar esforços voltados à preservação, institucionalização e reconhecimento público dessa memória. A questão deixa de ser apenas produzir documentos sobre si e passa a envolver quem

possui legitimidade para preservar essas narrativas, incorporá-las ao patrimônio cultural e reconhecê-las como parte da história nacional.

A partir da década de 1990, a reconstrução da memória LGBTQIA+ brasileira passa a assumir novas configurações. O período posterior à epidemia de HIV/AIDS é marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas que modificam tanto as formas de organização do movimento quanto sua inserção na esfera pública. Ao mesmo tempo em que a crise da AIDS evidenciou a vulnerabilidade da população LGBTQIA+ e fortaleceu redes de solidariedade e mobilização política, a consolidação do neoliberalismo e da economia de consumo passou a reconhecer homens gays e mulheres lésbicas como um segmento economicamente relevante. Como observa D'Emilio (1993), o capitalismo não apenas cria condições para o surgimento de identidades coletivas, mas também tende a incorporá-las às dinâmicas de mercado, transformando diferenças sociais em nichos de consumo.

Esse processo ampliou significativamente a presença das identidades LGBTQIA+ na publicidade, na televisão, na indústria cultural e nos meios de comunicação de massa. Nos Estados Unidos, figuras como a drag queen RuPaul simbolizam a transformação da cultura drag em um produto amplamente difundido pela mídia, ao mesmo tempo em que consolidam novos referenciais estéticos e culturais que rapidamente passam a circular em escala global. No Brasil, essa visibilidade também se intensifica, especialmente por meio da televisão e das telenovelas, que passam a incorporar personagens homossexuais de maneira mais recorrente do que nas décadas anteriores.

A ampliação da presença homossexual na cultura de massa durante as décadas de 1990 e 2000 também revela permanências importantes em relação aos períodos anteriores. Como discutido anteriormente, as artes constituíram historicamente um espaço ambíguo, capaz de acolher determinadas transgressões como espetáculo ao mesmo tempo em que a sociedade condenava essas mesmas expressões quando vividas como experiência cotidiana. Essa lógica não desaparece com a maior visibilidade conquistada pela comunidade LGBTQIA+; ao contrário, assume novas formas por meio da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa.

Entretanto, essa ampliação da representação não correspondeu, necessariamente, à ampliação da autonomia narrativa. Grande parte dessas personagens continuava sendo construída sob perspectivas heteronormativas, frequentemente elaboradas por autores, produtores e instituições alheios às próprias experiências LGBTQIA+. Em muitos casos, predominavam representações estereotipadas, cômicas, trágicas ou moralizantes, que tornavam determinadas vivências visíveis sem, contudo, permitir que esses sujeitos narrassem suas

próprias histórias com verossimilhança. A mídia ampliava a presença das dissidências sexuais, mas ainda o fazia por meio de filtros que buscavam torná-las socialmente aceitáveis, comercialmente rentáveis e compatíveis com padrões dominantes de gênero, consumo e respeitabilidade.

A trajetória de Jorge Laffond ilustra de maneira emblemática essa contradição. Por meio da personagem Vera Verão, uma das figuras mais populares da televisão brasileira dos anos 1990, Laffond levou ao horário nobre uma expressão queer marcada pela exuberância, pela feminilidade e pela irreverência, rompendo barreiras importantes de visibilidade para um homem negro e afeminado em um país profundamente atravessado pelo racismo, pela homofobia e pelo machismo. Ao mesmo tempo, essa presença permanecia fortemente vinculada ao universo do entretenimento e do humor, revelando os limites da aceitação social da época (Laffond, 1999). A sociedade demonstrava disposição para consumir determinadas representações da diferença, mas ainda encontrava dificuldades em reconhecer plenamente essas mesmas identidades como experiências legítimas da vida cotidiana. Embora Vera Verão figurasse entre os personagens mais populares, o próprio artista foi alvo de episódios públicos de homofobia, inclusive em rede nacional, revelando a distância entre a aceitação do personagem e o reconhecimento da pessoa que lhe dava vida. A violência simbólica sofrida por Laffond não produziu, à época, um debate público compatível com sua gravidade, evidenciando que a ampla visibilidade conquistada por determinadas representações LGBTQIA+ não se traduzia, necessariamente, em proteção, reconhecimento ou respeito à essas pessoas fora do espaço da ficção.

Esse paradoxo evidencia que a ampliação da representação não significou, necessariamente, a democratização da memória. A comunidade LGBTQIA+ passou a aparecer com maior frequência na cultura de massa, mas ainda disputava o direito de produzir suas próprias narrativas e de ser representada para além dos enquadramentos construídos pelo olhar heteronormativo. Havia, finalmente, histórias circulando em larga escala; entretanto, muitas delas continuavam sendo contadas por terceiros, reproduzindo estereótipos, simplificações ou modelos de aceitabilidade compatíveis com as expectativas do mercado consumidor. A visibilidade conquistada nesse período representou um avanço inegável, mas ainda não correspondia plenamente ao direito de narrar a própria experiência nem à consolidação de uma memória construída a partir das vozes da própria comunidade. A identidade gay torna-se espetáculo, mas não história; performance, mas não memória. Assim, a patologização do passado cede lugar à glamourização do presente, sem que o trauma do apagamento tenha sido elaborado.

É nesse contexto que cabe a defesa de Baptista e Boita (2017) de que a preservação da memória LGBTQIA+ deve ser compreendida como uma disputa permanente pelo próprio conceito de patrimônio. Para os autores, a reduzida presença dessas experiências em museus, arquivos públicos, monumentos, políticas de preservação e demais instituições responsáveis pela memória nacional não decorre da inexistência de trajetórias históricas LGBTQIA+, mas dos processos seletivos que historicamente definiram quais sujeitos, acontecimentos e experiências seriam considerados dignos de compor a narrativa oficial do país. Preservar essa memória significa, portanto, ampliar os limites do patrimônio cultural brasileiro e reconhecer que a história nacional também foi construída por formas de viver, amar, desejar e existir que desafiaram a ordem heteronormativa e que, justamente por essa condição peculiar, queer, permaneceram durante séculos excluídas dos processos oficiais de registro, preservação e reconhecimento histórico.

Essa perspectiva desloca a própria compreensão do ativismo. A luta deixa de restringir-se à conquista de direitos civis e passa a envolver também o direito à memória, ao patrimônio e à representação cultural. Arquivos comunitários, centros de documentação, museus, coleções particulares, universidades, festivais, produções editoriais e iniciativas de preservação digital tornam-se espaços fundamentais para impedir que as experiências produzidas pelas gerações anteriores sejam novamente interrompidas pelo esquecimento. Como demonstram Baptista e Boita (2017), preservar essas narrativas significa garantir que elas possam ser continuamente reinterpretadas, apropriadas e transmitidas às gerações futuras, fortalecendo vínculos de pertencimento e ampliando as possibilidades de reconhecimento coletivo.

Porém, essa institucionalização permanece marcada por importantes desafios. A memória LGBTQIA+ brasileira ainda convive com lacunas significativas na produção de dados oficiais, na preservação de acervos e no reconhecimento de seus patrimônios culturais. A ausência de marcadores relacionados à identidade sexual e à identidade de gênero nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ilustra como determinadas populações continuam pouco representadas nas estatísticas oficiais².

Essa lacuna demográfica não é neutra: ela é mais uma expressão da política de apagamento que nega a existência de uma vivência LGBTQIA+ mensurável e, portanto, legítima. Aquilo que não é documentado, registrado ou contabilizado tende também a

²Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmou que o Censo Demográfico não incluiria perguntas sobre orientação sexual ou identidade de gênero, apesar das solicitações de entidades civis e do Ministério Público Federal. A justificativa oficial foi a de que o tema “ainda carecia de maturação técnica” para a coleta censitária. A decisão foi amplamente criticada por pesquisadores e organizações LGBTQIA+, que apontaram a omissão como mais um reflexo do apagamento institucional das diversidades de gênero e sexualidade no Brasil.

permanecer menos visível nas políticas públicas, nos arquivos institucionais e na própria memória coletiva do país.

Apesar dos avanços na organização política e na produção de mídias para a documentação de memória coletiva, importantes lacunas institucionais permanecem. A ausência de dados oficiais sobre orientação sexual e identidade de gênero nos levantamentos do Estado brasileiro faz com que parte significativa da memória estatística da população LGBTQIA+ continue sendo construída por organizações da sociedade civil. Iniciativas como os levantamentos do Grupo Gay da Bahia (GGB), do Observatório Brasileiro LGBTI+ e os dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) tornaram-se fundamentais para documentar violências que, de outra forma, permaneceriam invisíveis.

Os efeitos desse processo de invisibilização mostram-se ainda mais profundos quando observamos a realidade da população trans e travesti. Segundo o dossiê da ANTRA, realizado em 2026, o Brasil permanece, há cerca de dezoito anos consecutivos, como o país que mais assassina pessoas trans e travestis no mundo. Somente em 2025 foram registrados 80 assassinatos, dos quais 77 tiveram como vítimas travestis e mulheres trans, evidenciando a persistência de uma violência estrutural direcionada, sobretudo, às identidades transfemininas. Esses números não apenas revelam a gravidade da transfobia no país, mas também evidenciam uma inversão perversa da produção da memória: uma parcela expressiva dos registros sobre a população queer continua sendo produzida a partir da violência e da morte, e não da celebração de suas trajetórias, contribuições culturais ou formas de existência.

Sob essa perspectiva, a produção da memória LGBTQIA+ não depende apenas da existência de acontecimentos históricos, mas das condições sociais e institucionais que permitem seu reconhecimento e preservação. Como demonstram Facchini (2005) e Baptista e Boita (2017), a constituição de uma memória coletiva envolve a criação de espaços de sociabilidade, de acervos, de políticas de preservação e de narrativas capazes de integrar essas experiências à história nacional. Quando os principais registros, ainda que não oficializados pelo governo, produzidos sobre uma população dizem respeito quase exclusivamente à violência que ela sofre, corre-se o risco de reduzir sua presença histórica ao luto, relegando a segundo plano trajetórias de vida, produções artísticas, redes comunitárias, afetos e contribuições culturais que também constituem sua experiência coletiva.

Nessa mesma direção, Lopes Louro (2008) observa que identidades e diferenças são continuamente produzidas nos processos sociais e culturais, sendo também atravessadas pelos modos como são representadas. A memória, portanto, não consiste apenas em registrar acontecimentos passados, mas em disputar quais experiências serão reconhecidas como

legítimas e transmitidas às gerações futuras. A preservação das existências LGBTQIA+ implica, assim, ampliar os repertórios da memória nacional para além das narrativas da violência, incorporando também suas formas de viver, criar, resistir e produzir cultura. Trata-se de reconhecer essas experiências não como episódios marginais da história brasileira, mas como parte constitutiva de seu patrimônio cultural, de sua diversidade social e de sua própria identidade nacional.

Ao mesmo tempo, as transformações ocorridas nas últimas décadas ampliaram significativamente os espaços de produção dessa memória. Se, no início do Movimento Homossexual Brasileiro, jornais independentes e boletins mimeografados constituíam praticamente os únicos registros produzidos pela própria comunidade, atualmente a cultura ocupa posição central nesse processo. Literatura, teatro, música, televisão, exposições temporárias, plataformas digitais, redes sociais, e, especialmente, o cinema independente brasileiro passaram a desempenhar um papel decisivo na construção de referências coletivas, produzindo narrativas que preservam experiências, ampliam repertórios de identificação e disputam novos lugares para as dissidências sexuais na memória cultural do país. A cultura deixa, assim, de funcionar apenas como forma de representação e passa a constituir um dos principais arquivos contemporâneos da memória LGBTQIA+ brasileira.

Apesar desse intenso processo de organização política e produção de memória, a consolidação de uma identidade LGBTQIA+ brasileira continuou profundamente influenciada pela circulação internacional de referências culturais, especialmente de origem estadunidense. A crescente presença da cultura estadunidense na televisão, na publicidade, na indústria do entretenimento e, posteriormente, na internet fez com que determinados símbolos, linguagens e formas de representação ultrapassassem as fronteiras nacionais, passando a ocupar posição central também na construção das identidades LGBTQIA+ brasileiras.

Como observa Miskolci (2015), esse processo pode ser compreendido como uma manifestação da colonialidade da sexualidade, na qual modelos produzidos em contextos socioculturais específicos passam a funcionar como referências universais para diferentes comunidades. No caso brasileiro, isso não significou a inexistência de uma memória própria, mas a convivência desigual entre repertórios locais e imaginários globais. Enquanto experiências como o Lampião da Esquina, o Chanacomchana, o pajubá e outras formas de sociabilidade constituíam uma memória produzida no próprio país, a circulação massiva da cultura estadunidense oferecia imagens mais difundidas, mais consumidas e mais facilmente reconhecidas daquilo que significava "ser gay", "ser queer" ou integrar a comunidade LGBTQIA+.

Essa influência tornou-se ainda mais evidente a partir das décadas de 2010, quando a expansão da indústria cultural e da mídia global consolidou novos referenciais de consumo, estética e linguagem com o massivo crescimento das redes sociais. Personagens televisivos, artistas, produções audiovisuais e programas de grande alcance internacional passaram a desempenhar um papel importante na formação de repertórios identitários compartilhados. A popularização da cultura drag em escala global, posteriormente potencializada por produções como RuPaul's Drag Race, contribuiu para difundir expressões, vocabulários, performances e códigos culturais que rapidamente passaram a integrar também o cotidiano de parte da comunidade LGBTQIA+ brasileira.

Não se trata, entretanto, de compreender essa circulação cultural apenas como um processo de substituição. As referências internacionais ampliaram repertórios políticos, favoreceram processos de reconhecimento e fortaleceram redes transnacionais de pertencimento. Ao mesmo tempo, produziram tensões importantes ao disputar espaço com linguagens, memórias e formas de sociabilidade desenvolvidas historicamente no Brasil. Enquanto expressões em inglês, como shade, slay e serve, tornavam-se amplamente difundidas entre as novas gerações, elementos centrais da cultura linguística brasileira, como o pajubá, passaram a ocupar uma posição relativamente secundária na cultura pop LGBTQIA+ contemporânea. O pajubá constitui uma das mais importantes expressões do patrimônio imaterial da comunidade LGBTQIA+ brasileira. Originado da fusão entre palavras de matrizes linguísticas africanas, da oralidade das religiões de matriz afro-brasileira e das experiências vividas sobretudo por travestis e mulheres trans, o pajubá consolidou-se como uma linguagem de sobrevivência, proteção e reconhecimento coletivo em um contexto marcado pela violência e pela exclusão social (Rodrigues; Andrade, 2023).

Mais do que permitir a comunicação entre seus falantes, o pajubá preserva experiências históricas compartilhadas. Como observam Rodrigues e Andrade (2023), o pajubá produz uma noção de cultura e identidade de grupo, fortalecendo sentimentos de pertencimento e funcionando como um movimento permanente de afirmação identitária diante de processos históricos de marginalização. Se Halbwachs (1997) via na memória coletiva a base de uma “comunidade afetiva” que reforça a coesão social, Pollak (2001) adverte que a memória também pode ser instrumento de exclusão, quando certas lembranças se tornam dominantes em detrimento de outras.

Sob essa perspectiva, a crescente substituição desses repertórios locais por expressões oriundas da cultura pop estadunidense revela um fenômeno que ultrapassa as mudanças linguísticas. Quando determinadas palavras deixam de circular, parte das experiências

históricas que lhes deram origem também perdem espaço na memória coletiva. Não se trata de opor referências globais e locais, mas de reconhecer que a preservação de linguagens como o pajubá significa igualmente preservar formas brasileiras de narrar a experiência LGBTQIA+, assegurando que as trajetórias de travestis, mulheres trans e demais grupos historicamente responsáveis pela construção dessa linguagem permaneçam reconhecidas como parte integrante do patrimônio cultural do país.

Sob essa perspectiva, a reconstrução da memória LGBTQIA+ brasileira deve ser compreendida como um processo ainda em curso. Os primeiros movimentos romperam o silêncio ao produzir seus próprios registros; as gerações seguintes passaram a reivindicar que esses registros fossem incorporados às instituições culturais, aos museus, aos arquivos públicos, às políticas de patrimônio e às narrativas oficiais da história brasileira. A disputa pela memória deixa, assim, de ser apenas uma reivindicação identitária para tornar-se também uma disputa pelo direito de produzir patrimônio, ocupar os espaços públicos de lembrança e participar da construção da memória nacional.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender de que maneira os processos históricos de silenciamento das experiências homossexuais no Brasil contribuíram para a ausência de quadros coletivos de memória e como diferentes estratégias culturais, sociais e políticas passaram a disputar essa narrativa ao longo da segunda metade do século XX. A análise permitiu demonstrar que a constituição da identidade LGBTQIA+ brasileira não pode ser compreendida apenas como resultado da conquista de direitos civis, mas como consequência de um longo processo de reconstrução da memória coletiva, historicamente interrompida por mecanismos de repressão religiosa, política, jurídica, médica e moral.

Os resultados apresentados indicam que o apagamento das dissidências sexuais não decorreu da inexistência dessas experiências, mas da exclusão sistemática de suas formas de existência dos processos oficiais de produção da história e da memória. Durante séculos, as vivências LGBTQIA+ permaneceram registradas sobretudo pelos arquivos da repressão, aparecendo nos processos inquisitoriais, nos códigos jurídicos, nos tratados médicos e, mais recentemente, nas estatísticas da violência. A ausência de reconhecimento institucional comprometeu a formação de coletividade capazes de transmitir referências culturais, afetivas e políticas entre diferentes gerações, dificultando a consolidação de uma memória coletiva e, consequentemente, de uma identidade construída a partir de suas próprias experiências.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou que esse processo de silenciamento nunca significou ausência completa de memória. Antes mesmo da organização formal do Movimento Homossexual Brasileiro, diferentes manifestações culturais, religiosas e formas de sociabilidade preservaram fragmentos dessas experiências, criando espaços de pertencimento que posteriormente serviriam de base para a emergência do ativismo organizado. A consolidação de iniciativas como O Snob, o Grupo Somos, o Lampião da Esquina, o movimento lésbico organizado em torno do ChanacomChana e do GALF, o Grupo Gay da Bahia e tantas outras organizações pioneiras representou não apenas uma ampliação da luta por direitos, mas também a construção deliberada de arquivos, linguagens, redes de sociabilidade e referências culturais que permitiram à própria comunidade produzir e preservar sua memória.

A pesquisa demonstrou ainda que essa disputa permanece em curso. A ampliação da presença LGBTQIA+ na cultura, na imprensa, no audiovisual e nas políticas de patrimônio ampliou significativamente as possibilidades de representação dessas experiências. Entretanto, persistem desafios relacionados à institucionalização dessa memória, à preservação de seus acervos, ao reconhecimento de seus patrimônios materiais e imateriais e à produção de dados oficiais capazes de representar adequadamente a diversidade da população LGBTQIA+ brasileira. Da mesma forma, a circulação global de referências culturais evidencia a necessidade de valorizar as experiências, linguagens, culturas e formas de sociabilidade produzidas no contexto brasileiro, evitando que memórias locais sejam continuamente subordinadas exclusivamente a repertórios internacionais mais amplamente difundidos.

Nesse sentido, o artigo defende que a memória deve ser compreendida não apenas como registro do passado, mas como condição para a produção de pertencimento, reconhecimento e cidadania no presente. Preservar a memória LGBTQIA+ significa ampliar os sujeitos, as experiências e as formas de viver, amar, desejar e existir reconhecidas como constitutivas da história brasileira. Trata-se de reconhecer que a diversidade sexual e de gênero não ocupa um lugar periférico na formação social e cultural do país, mas integra sua própria trajetória histórica, ainda que durante muito tempo tenha permanecido relegada ao silêncio.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as discussões sobre memória, patrimônio e identidade LGBTQIA+ no Brasil, incentivando novas pesquisas dedicadas à preservação de arquivos, manifestações culturais, linguagens, produções artísticas e experiências comunitárias que permanecem pouco documentadas. Mais do que recuperar histórias esquecidas e tentar solidificar as já conhecidas, construir uma memória coletiva LGBTQIA+ significa garantir que futuras gerações possam reconhecer nessas trajetórias não apenas um passado de violência e resistência, mas também um patrimônio cultural vivo, plural

e fundamental para compreender a história da sociedade brasileira. Preservar essa memória é, sobretudo, assegurar que diferentes formas de viver, amar, desejar e existir possam ocupar legitimamente o espaço da história nacional, produzindo referências capazes de fortalecer vínculos de reconhecimento.

Como observa Miskolci (2015), o queer latino-americano constitui uma política da diferença que não se limita à busca por tolerância, mas reivindica, sobretudo, o direito ao pertencimento.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Brasil ainda é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Brasília, 29 jan. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-01/brasil-ainda-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-no-mundo>. Acesso em: 24 jun. 2026. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê ANTRA 2026. Brasília: ANTRA, 2026. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2026.

BAPTISTA, Jean Tiago; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 5, p. 108-119, set. 2017.

D'EMILIO, John. Capitalism and gay identity. In: JACOBSEN, Joyce; ZELLER, Adam (org.). Queer economics: a reader. New York: Routledge, 2008. p. 181-193.

DRUMMOND, Lucas. 50 anos de novelas: a trajetória da representação homossexual e o beijo gay que parou o Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cadernos AEL, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 81-124, 2005

_____. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. A História da Sexualidade, Vol. 1: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2025.

GREEN, James N. Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2019.

HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAFFOND, Jorge. Bofes e babados: Vera Verão. São Paulo: Star Brazil, 1999

LESSA, Patricia. Chana com chana e outras narrativas lesbianas em Pindorama. 1. ed. Curitiba: Máquina de Escrever, 2022.

LIMA, Wallas Jefferson de; MOTT, Luiz. Os lugares do pecado nefando (Portugal, 1620-1639). *História* (São Paulo), São Paulo, v. 43, e20230029, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e20230029>

LOPES LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997

_____. Cinema e Sexualidade. In: *Educação & Realidade*, vol. 33, 1, enero-junio, pp. 81-97. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

MORENO, Antonio. *A Personagem Homossexual No Cinema Brasileiro*. Funarte, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7–28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. *Memória e esquecimento: estudos históricos*. Petrópolis: Vozes, 2001.

RODRIGUES, Paulo Ricardo Aires; ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Pequeno vocabulário pajubá palmense*. São Carlos: Editora Scienza, 2023. ISBN 978-65-5668-096-5.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Introdução. In: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2013. p. 11–30.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the Closet*. Los Angeles: University of California Press, 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024

WEEKS, Jeffrey. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. 4. ed. London: Routledge, 2017. E-book.